

# CIP propõe “almofada” pública de 8000 milhões para resolver moratórias

Victor Ferreira

**Patrões querem que garantia estatal cubra 90% do crédito em risco muito alto, para a banca poder dar 24 meses de carência**

A Confederação Empresarial de Portugal (CIP) propôs ao Governo a criação de uma “almofada” de garantias públicas no valor de oito mil milhões de euros para, dessa forma, dar poder às empresas e levar a banca a renegociar os créditos abrangidos pela moratória que expira no dia 23 de Setembro.

A proposta já foi entregue ao Governo e, segundo o documento, a que o PÚBLICO teve acesso, a maior confederação patronal do país já assume de forma irreversível que não haverá uma extensão da moratória para lá daquela data. Assim, de entre diversas hipóteses estudadas, os patrões optaram por avançar com a solução que garante algo igualmente valioso: mais tempo para pagar os empréstimos.

No essencial, a CIP propõe que o Governo negocie com o Banco Europeu de Investimento (BEI) cobertura para concessão de garantias no valor de 5600 milhões de euros. Para tal recorrerá à linha de 200 mil milhões do BEI, que já está a ser usada por alguns dos bancos comerciais portugueses, como a Caixa Geral de Depósitos e o BCP.

Aquele montante, juntar-se-ia mais uma nova linha de garantias, via Banco Português de Fomento (BPF), com uma dotação de 1600 milhões de euros. Neste caso, segundo a CIP, o BPF não estaria obrigado a ter aqueles 1600 milhões ou a fazer qualquer aumento de capital, se adoptar o mesmo mecanismo do BEI, que usa 25 mil milhões e desmultiplica esse capital através de um factor de oito para chegar aos referidos 200 mil milhões daquela linha. Assim, o BPF poderia, com 200 mil milhões, dar cobertura a 1600 milhões em crédito.

Estas garantias cobririam 90% do montante de crédito em risco elevado de *default*, propõe a CIP no documento entregue ao Governo. Os restantes 10% (800 milhões de euros) caberiam à própria banca que, em vez de enfrentar o risco de provisionar o crédito em incumprimento, pode renegociar créditos sem o contexto da reestruturação jurídica dos empréstimos marcados como NPL (*non performing loans*, ou crédito em incumprimento).

Neste cenário, não se trata de prolongar a moratória, o que exigiria uma autorização específica da supervisão bancária europeia, mas o efeito prático seria, no fundo, quase o mesmo, concedendo-se 24 meses de carência para as empresas que, em Setembro próximo, não estejam em condições de regressar ao pagamento e que cumpram as regras que viessem a ser definidas para este mecanismo.

## Ganhar tempo

Para a CIP, o fim da moratória é uma bomba-relógio, uma espada de Dâmocles que pende sobre muitas empresas. A opinião não é partilhada pelo ministro da Economia, que,

no entanto, já admitiu que é preciso “dar mais tempo”.

Numa entrevista ao PÚBLICO e à Rádio Renascença, publicada ontem, Siza Vieira concordou que, nos sectores mais afectados, “é conveniente darmos mais tempo, espalharmos a amortização da dívida por mais anos, sermos capazes, eventualmente, de dar algum período de carência durante os primeiros tempos, dois, três anos”.

A proposta que os patrões entregaram ao Governo aponta precisamente nesse sentido. A CIP insiste que tem o mérito de dar solução a um problema que foi criado pelas próprias moratórias impostas pelo Governo em 2020.



CIP, liderada por António Saraiva, quer dar mais tempo às empresas que eram viáveis antes da crise

## Número

50

mil milhões de euros era, em Março, o total das moratórias empresariais, do qual 14% com “risco muito alto”



**É conveniente darmos mais tempo, espalharmos a amortização da dívida por mais anos, sermos capazes, eventualmente, de dar algum período de carência**

Pedro Siza Vieira  
Ministro da Economia

Segundo as contas no referido documento, havia no fim de Março cerca de 50 mil milhões de euros em moratórias empresariais. O sector mais representado, com dados de Janeiro de 2021, era o “alojamento e restauração”, que representava 58,6% dos empréstimos. Seguiam-se “outros serviços”, “sociedades não-financeiras”, a “construção” e a “indústria transformadora”, todos com o mesmo peso.

## “Risco sistémico”

O problema, diz a CIP, é que a crise foi mais profunda do que se imaginava em Março de 2020 e prolongou-se por mais tempo. E agora há uma “boa parte das empresas” sem condições de voltar aos pagamentos em Setembro que, se nada for feito, entrarão em incumprimento.

Sendo Portugal o terceiro país em que as moratórias têm maior peso em percentagem do PIB (apenas atrás de Chipre e Hungria), e havendo, segundo o mesmo documento, 14% do crédito (7000 milhões de euros) classificado como risco “muito alto” e 42% (21 mil milhões) como risco alto, os patrões estimam que haja cerca de 8000 milhões de euros em risco de caírem em incumprimento no próximo Outono, com um “elevado risco sistémico”.

Esse risco sistémico, dizem os patrões, é o risco de serem apanhadas em incumprimento empresas que eram viáveis antes do impacto da pandemia e empresas que, não tendo crédito em moratória, são parceiros de negócio de sociedades que enfrentam o risco de *default*.

Ainda que admita que haja um risco de se vir a “beneficiar o infractor”, ou seja, de nesta solução conceder garantias a empresas que não o merecem, para a CIP esse risco é menor do que o das empresas que, por causa da crise mais prolongada, continuam sem condições de retomar pagamentos à banca em Setembro.

A proposta já avança com algumas das regras, como o limite de duas vezes a massa salarial ou 25% do volume de negócios por empresa; limites sectoriais (170 mil euros para o mar, 140 mil para o agro-alimentar e 1,4 milhões para os restantes).

Além disso, revisita a proposta de capitalização que a CIP já tinha feito, e que o Governo nunca aplicou a todo o tecido empresarial, de transformar 20% da garantia em capital contingente a fundo perdido (a parcela do BPF), se a empresa mantiver a viabilidade e os postos de trabalho.